



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016

**O QUE DEUS UNIU, O HOMEM NÃO SEPARE, MAS E QUANDO DOIS
HOMENS SE UNEM?
A (HOMO)SEXUALIDADE EM ROMA E OS EFEITOS DE SENTIDO
(IM)POSSÍVEIS**

Heitor Messias Reimão de Melo(UEM)
Agnaldo Almeida(UFMG)
Ederson Luís Silveira(UFSC)
Leonard Christy Souza Costa(UFAM)

Resumo: O presente trabalho de cunho qualitativo e natureza bibliográfica objetiva analisar o funcionamento do discurso religioso sobre o casamento homoafetivo, especificamente a partir da posição-sujeito Papa, autoridade maior da igreja católica. Tomamos como *corpus* o discurso do atual pontífice materializado em duas entrevistas, nas quais é tratada a questão do casamento homoafetivo. Em nossa sociedade, o matrimônio possui dimensões religiosa e civil. Enquanto um dos rituais religiosos, ele é frequentemente considerado a partir da união entre dois sujeitos (de sexos opostos) que buscam, perante a sociedade, oficializar sua relação conjugal, legitimar o relacionamento sexual e constituir um núcleo familiar. O casamento (civil), por sua vez, é visto como um contrato social, que garante alguns direitos (jurídicos, econômicos etc.) aos envolvidos. O discurso religioso (cristão) muitas vezes aparece materializado em enunciados contrários à união matrimonial entre pessoas do mesmo sexo, por defender que tal relação fecha o ciclo da vida. Por ser um assunto polêmico, muitas vezes, é evitado por líderes religiosos, noutras são reiterados, por tais sujeitos, posicionamentos calcados nos tradicionais escritos da igreja. Desse modo, pretendemos analisar os efeitos de sentido discursivizados em ambos os textos, atentando-nos para a relação contraditória entre sentidos institucionais, econômicos e jurídicos que perpassam o discurso religioso. No diz respeito à fundamentação teórica, este artigo tem por base os princípios da Análise do Discurso francesa, principalmente os postulados de Michel Pêcheux (1997) e Eni Orlandi (2001a, 2001b, 2002 e 2010).

Palavras-chave: Análise do discurso. Casamento homoafetivo. Discurso religioso.

Résumé: Ce travail de nature qualitative et bibliographiques vise à analyser le fonctionnement du discours religieux sur les homoafetivo de mariage, plus précisément de la position-guy pape, une plus grande autorité de l'église catholique. Nous prenons le corpus de parole de l'actuel Pontife matérialisée dans deux interviews, dans laquelle est traitée la question du mariage de homoafetivo. Dans notre société, le mariage a des dimensions religieuses et civiles. Alors que l'un des rituels religieux, il est souvent considéré comme de l'Union entre les deux sujets (de sexe opposé) à la recherche, direction de la société, arbitrer votre relation conjugale, légitimer les relations sexuelles et fonder une famille nucléaire. Le mariage (civil), à son tour, est considéré comme un contrat social, qui garantit certains droits (juridique, économique, etc.) impliqués. Le discours religieux (chrétien) apparaît souvent matérialisée dans inscrit à l'égard de



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016
l'union matrimoniale entre personnes du même sexe, pour avoir défendu, que telle relation clôt le cycle de vie. Parce que c'est un sujet controversé, il est souvent évité par les chefs religieux, autres sont répétés, pour tel sujet, écrits religieux traditionnels sur la base de positionnement. De cette façon, nous avons l'intention d'analyser les effets de sens discursivizados dans les deux textes, prêter attention à la relation contradictoire entre les orientations institutionnelles, économiques et juridiques qui ont trait au discours religieux. En ce qui concerne le fondement théorique, cet article est basé sur les principes d'analyse du discours du Français Michel Pêcheux (1997) et Eni Orlandi (2001 a, 2001 b, 2002 et 2010).

Mots clés : Analyse discours. Homoafetivo marriage. Discours religieux.

INTRODUÇÃO

E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada. Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne (GÊNESIS 2, 23-24).

Religião e sexualidade não gozam historicamente de uma relação harmoniosa. As ditas sexualidades “desviantes” e a estigmatização de corpos se acentua quando o reconhecimento de uma instituição cujo tipo específico de cerimônia simboliza a união abençoada pela divindade de um casal não se estende a casais do mesmo sexo. Aos homossexuais, resta a castidade por terem se “desviado do caminho” através de suas “inclinação” a agir de modo diferente dos casais considerados passíveis da benção do santo pontífice, representante da autoridade máxima da divindade na Terra. Desse modo, a homossexualidade, na atual versão do *Catecismo da Igreja Católica*, em sua terceira parte, intitulada *A vida em Cristo*, é apresentada da seguinte forma:

2357 A homossexualidade designa as relações entre homens ou mulheres, que experimentam uma atracção sexual exclusiva ou predominante para pessoas do mesmo sexo. Tem-se revestido de formas muito variadas, através dos séculos e das culturas. A sua génese psíquica continua em grande parte por explicar. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves (103) a Tradição sempre declarou que «os actos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados» (104). São contrários à



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016

lei natural, fecham o acto sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afectiva sexual, não podem, em caso algum, ser aprovados.

2358. Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas. Esta propensão, objectivamente desordenada, constitui, para a maior parte deles, uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á, em relação a eles, qualquer sinal de discriminação injusta. Estas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição.

2359. As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes do autodomínio, educadoras da liberdade interior, e, às vezes, pelo apoio duma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem aproximar-se, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.

No aludido documento que baliza os princípios da doutrina católica, a condição da homossexualidade (“depravações graves”, atos “intrinsecamente desordenados” etc.) deve estar diretamente relacionada à castidade: abstinência de relações sexuais, visto que o sexo, para tal instituição, é um “instrumento da expressão do amor conjugal e da procriação” (AQUINO, 2014, s.p.). Desse modo, o casamento é instituído enquanto o lugar “natural/próprio” do sexo: “Toda vez que o sexo é usado *antes ou fora do casamento*, de qualquer forma que seja, peca-se contra a castidade” (AQUINO, 2014, s.p.).

Diversos são os sentidos que circulam em nossa sociedade sobre o enlace matrimonial, desde a imagem de “um modelo de relacionamento falido” ao “sonho de toda mulher é casar na igreja, de véu e grinalda”. Entre tais discursivizações, o casamento é, ainda hoje, o desejo de muitos casais. Socialmente, ele representa a união entre duas pessoas, a legitimação das relações sexuais e o início da constituição de uma família. É, assim, uma prática que a sociedade trata como “comum” e “desejável”, como o ideal a ser alcançado por homens e mulheres, e que não deixaria de ser também o desejo de muitos casais do mesmo sexo, também tomados pelos efeitos de sentido acima citados. O fato é que, mesmo os sujeitos sendo afetados pelos discursos correntes sobre a união amorosa, o casamento homoafetivo não é visto em alguns países, como o Brasil, como “normal”, “natural”, “correto” nem é institucionalizado pela igreja católica, como observamos acima.



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016

Nessa perspectiva, no presente trabalho, buscamos analisar o funcionamento do discurso do Papa, representante maior da instituição Igreja Católica, sobre o casamento homoafetivo, levando em consideração a relação contraditória entre os sentidos institucionais da igreja e aqueles advindos do discurso jurídico, econômico etc. Para tanto, tomamos como *corpus* duas entrevistas concedidas pelo atual sujeito que ocupa a posição-sujeito de Papa. São elas: *Entrevista 1* (Anexo A), intitulada “Entrevista ao Papa Francisco”¹, foi concedida ao Pe. Antonio Spadaro, no ano de 2013; a *Entrevista 2* (Anexo B), “O meu primeiro ano como papa. Entrevista com o Papa Francisco”², por sua vez, foi dada ao Ferruccio de Bortoli, em 2014. Em ambas as situações, é abordada a questão do casamento homossexual.

No que diz respeito aos pressupostos teóricos e metodológicos que subsidiarão nossas análises, adotamos os princípios da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), explorando nossa materialidade empírica (os textos selecionados, que nos possibilitam o acesso ao discurso) em forma de Sequências Discursivas (SD). Retomaremos, de modo especial, os postulados de Michel Pêcheux (1997) e Eni Orlandi (2001a, 2001b, 2002 e 2010), para os quais nem os sujeitos nem os sentidos são dados, e sim construídos sócio-historicamente o que implica a ideologia, que faz como que os sentidos nos apareçam como naturais e evidentes. O sujeito, por sua vez, é considerado uma posição discursiva entre outras, da qual não é possível dizer tudo em qualquer circunstância.

Da posição de Papa, o atual pontífice é tomado por sentidos (institucionais, econômicos, jurídicos) que vêm se (re)configurando sócio-historicamente. Seu dizer se insere numa dada ordem do discurso, se configura a partir de discursos outros (anteriores, possíveis e futuros) e discurso do Outro (bem como do interdiscurso), noções basilares da AD exploradas na seção subsequente.

¹ Texto publicado no *L'Osservatore Romano*, edição semanal em português, Ano XLIV, n. 39, Domingo, 29 de setembro de 2013. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html>.

² Publicada no jornal *Corriere della Sera*, em 05 mar. 2014, a versão em português traduzida por Moisés Sbardelotto encontra-se no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/528880-o-meu-primeiro-ano-como-papa-entrevista-com-o-papa-francisco>>.



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016

O DISCURSO: LUGAR DE CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS E DOS SENTIDOS

A Análise do Discurso empreendida pelo filósofo Michel Pêcheux no final da década 1960, na França, articula três campos do saber: o Marxismo, a Psicanálise e a Linguística, atuando nas contradições que derivam de cada uma dessas perspectivas teóricas. Conforme Orlandi (2010, p.13),

Com a linguística ficamos sabendo que a língua não é transparente, ela tem sua ordem marcada por uma materialidade que lhe é própria. Com o marxismo ficamos sabendo que a história tem sua materialidade: o homem faz história, mas ela não lhe é transparente. Com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo. Formas de materialidade – de não transparência – que vão constituir o cerne do conhecimento de casa um desses campos do saber. A análise do discurso pressupõe a psicanálise, a linguística e o marxismo. E na medida em que se constitui da relação de três regiões científicas: a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação.

Com o objetivo de elaborar uma teoria materialista que interferisse no campo político, Pêcheux busca explorar questões relacionadas ao funcionamento do discurso, o qual está diretamente relacionado às suas condições de produção (histórico-sociais e ideológicas). Uma das premissas básicas da AD é a de que o sujeito é interpelado pela ideologia, sendo ele o sentido afetados pelos reais da história e da língua. Recusa-se, então, a concepção de língua transparente, visto que ela se inscreve na história para significar (o sentido das palavras não é imanente) e o sujeito não tem controle sobre o modo pelo qual é afetado por tais reais.

O sujeito para a AD é concebido como uma posição entre outras. Seu dizer é constitutivamente atrelado a discursos outros e do Outro. Ou seja, a produção do discurso está sempre em relação a outros discursos anteriores, possíveis e imagináveis, além de apontar para discursos futuros. E também determinados pelo interdiscurso (Outro), pela memória do dizer, uma vez que retomamos um conjugado de formulações feitas e já esquecidas (já-ditos) que sustentam cada tomada de palavra.



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016

Diante disso, os sujeitos, considerado uma posição entre outras, e os sentidos podem ser outros a depender de como somos afetados pela língua e pela história. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 146-147):

[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. [...] seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

Retomando e promovendo deslocamento da teoria proposta pelo filósofo acima, Orlandi (2009) argumenta que o sentido é determinado pela ideologia e compreendidos a partir das formações discursivas (FDs). Estas, por sua vez, não são blocos homogêneos: são fluidas e se (re)configuram continuamente. Porém, os sentidos não podem ser qualquer um, há uma determinação histórica: eles são postos, institucionalizados e naturalizados historicamente, levando-se em conta as diferentes posições de sujeito (pai, professor, patrão...), as diferentes instituições (igreja, família, escola, mídia etc.) e pela grande produção de textos (livros, regulamentos, programas de partido etc.).

Nessa perspectiva, consoante Orlandi (2012), o processo de produção do discurso implica três momentos: a constituição, a formulação e a circulação. O primeiro diz respeito ao contexto histórico-ideológico, à memória do dizer (interdiscurso): conjugado de formulações feitas e já esquecidas que definem o nosso dizer; o segundo, às condições imediatas de produção, às circunstâncias específicas da enunciação: é na formulação do discurso que a memória se atualiza, a linguagem adquire vida, os sentidos são decididos e os sujeitos se evidenciam; o terceiro momento, a circulação implica que o discurso circula dentro de uma determinada conjuntura e segundo certas condições: os meios nunca são neutros.

Em nosso trabalho, interessa-nos o funcionamento do discurso religioso (cristão), especificamente sobre o casamento homoafetivo. Na seção seguinte, propomos pensar tal funcionamento a partir das considerações teóricas acima arroladas, tendo



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016 como *corpus* o discurso do atual Papa, materializado em duas entrevistas veiculadas pela mídia internacional.

O CASAMENTO HOMOAFETIVO NO DISCURSO RELIGIOSO CRISTÃO

Ao efetuar análises sobre o discurso religioso, Orlandi (1987, 2002) argumenta que nele Deus é o lugar da onipotência do silêncio, lugar/silêncio necessário para o homem instituir a sua fala específica. Para a autora, em tal discurso, o homem faz falar a voz de Deus: “Discursivamente, então, a religião pode ser vista como o lugar em que, na onipotência do silêncio divino, o homem se encontra um espaço para preencher com palavras que delineiam o que podemos chamar sua ‘vida espiritual’” (ORLANDI, 1987, p. 8).

Desse modo, os sujeitos são devotos a um Sujeito (superior): Deus. Dentre os sujeitos, alguns, como padres, ministros e o Papa são naturalizados como os mediadores entre o Sujeito e os demais: os fieis. O Papa, representante maior da Igreja Católica, é uma posição discursiva investida de autoridade, da qual, assim como de toda e qualquer posição, não é possível dizer qualquer coisa em qualquer circunstância.

Como pontuamos acima, o casamento entre pessoas do mesmo sexo contraria os princípios da igreja católica, sob a justificativa do fechamento do ciclo da vida (“à lei natural”), e por ser “depravações graves” e atos “intrinsecamente desordenados”. Porém, com o fortalecimento da luta dos grupos sociais considerados minoritários (homossexuais, negros, mulheres etc.) e com a naturalização de uma suposta igualdade preconizada em documentos oficiais, tal como no Artigo 1 da *Declaração universal dos direitos humanos* que preconiza que “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”, as instituições religiosas não escapam a esses sentidos.

Na mídia, o atual pontífice é significado como um sujeito aberto ao diálogo, como podemos observar nos seguintes títulos de matérias veiculadas pela mídia



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016 nacional: *Para o Papa o diálogo é uma arma universal de bem*³; *Francisco: o Papa do diálogo*⁴; *Papa Francisco escreve ao La Repubblica: "Um diálogo aberto com os não crentes"*⁵; *"Papa Francisco é muito aberto ao diálogo, muito próximo"*⁶. Desta última destacamos:

Papa Francisco continua surpreendendo com mudanças na Igreja Católica. Ele parece seguir um roteiro bem estruturado. Primeiro foram gestos simbólicos de humildade: pagou a própria conta do hotel, viajou em carro comum, foi às ruas sem medo. Depois, enfrentou temas sensíveis para a doutrina da Igreja. Sobre o homossexualismo, disse: Se alguém é gay e busca o Senhor com boa vontade, quem sou eu para julgar?

Para a perspectiva discursiva que adotamos é imprescindível observar a relação entre o dito e o não dito. Se o atual papa é qualificado enquanto um sujeito aberto à interlocução (algo novo, sua marca singular), é porque o diálogo não existia anteriormente ou se dava de forma mais restrita. Se de um lado, materializam-se sentidos advindos de instâncias religiosas, sociais e jurídicas que são contra a discussão de temas como o casamento homoafetivo ou o aborto, por exemplo, parte de tais instituições está assumindo um discurso de forma mais “compassiva e acolhedora”. Questionamo-nos, então, quais os efeitos de sentido produzidos pelo discurso do Papa ao tratar do casamento homoafetivo? Há realmente uma abertura, um espaço de diálogo, para o acolhimento desses sujeitos no discurso religioso? Como o discurso religioso está atravessado pelos discursos jurídico, econômico, entre outros?

Retomando o Artigo 1, da *Declaração universal dos direitos humanos*, analisaremos a primeira sequência discursiva (SD):

(SD1) A religião tem o direito de exprimir a própria opinião para serviço das pessoas, mas Deus, na criação, tornou-nos **livres**: a ingerência espiritual na vida pessoal não é possível (*Entrevista 1*, grifos nossos).

³ Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2015/04/25/di%C3%A1logo_%C3%A9_arma_universal_do_bem_para_o_papa/1139663>. Acesso em: 25 abr. 2015.

⁴ Disponível em: <<http://catholicus.org/francisco-o-papa-dialogo/>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

⁵ Disponível em: <<http://freibruno.blogspot.com.br/2013/09/papa-francisco-escreve-ao-la-republica.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

⁶ Disponível em: <<http://consultor-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/112393677/papa-francisco-e-muito-aberto-ao-dialogo-muito-proximo>>. Acesso em: 10 jan. 2015.



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016

Na SD1, o sujeito em pauta enuncia sobre como a religião “exprime” sua opinião a serviço das pessoas, se a religião tem o direito de manifestar seus dogmas, já que na verdade a opinião dela é uma imposição àquele que a segue e que, perante a bíblia, Deus nos fez livre (livre arbítrio). Os sujeitos têm o direito de agir conforme lhes convém e lhes agrada. Porém, é importante observar a presença dos sentidos institucionais da legislação que atravessam tal fala, visto que se ela liberdade é advinda de dons divinos, por que a necessidade de legislá-la?

Vale ressaltar que para a AD, essa liberdade é uma ilusão: determinamos o que dizemos, mas somos determinados pela exterioridade, ou seja, estamos sempre tomando uma posição dentro de formações discursivas que, por sua vez, são determinadas pelas formações ideológicas. Acreditamos que estamos na origem do dizer por meio da naturalização dos sentidos aos quais nos filiamos. O Papa, enquanto posição discursiva, não pode negar as “escrituras sagradas”, como podemos observar em:

(SD2) Bortoli: Muitos países regulam as uniões civis. É um caminho que a Igreja pode compreender? Mas até que ponto?

Papa Francisco: **O matrimônio é entre um homem e uma mulher.** Os Estados laicos querem justificar as uniões civis para regular **diversas situações de convivência**, impulsionados pela exigência **de regular aspectos econômicos entre as pessoas**, como por exemplo assegurar a assistência de saúde. Trata-se de pactos de convivência de várias naturezas, dos quais eu não saberia elencar as diversas formas. É preciso ver os diversos casos e avaliá-los na sua variedade (*Entrevista 2*, grifos nossos).

Na SD2, podemos observar a padronização de família já naturalizada pelo discurso religioso: o matrimônio deve ser entre um homem e uma mulher. O sujeito reitera, desse modo, velhos princípios da igreja católica. A abertura para a questão do casamento homoafetivo é colocada em outro terreno, não do religioso, e sim do jurídico e do econômico: o que justificaria o casamento entre pessoas do mesmo sexo é a partilha de bens, e não a constituição de uma família perante a igreja. A discussão está condicionada ao nível da “convivência”. Dando prosseguimento às análises, observemos a sequência discursiva a seguir:



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016

(SD3) Eu, então, respondi-lhe com uma outra pergunta: “Diz-me: Deus, quando olha para uma pessoa homossexual, aprova a sua existência com afecto ou rejeita-a, condenando-a?” É necessário sempre considerar a pessoa (*Entrevista 1*).

Na SD3, o Papa se mostra como um sujeito acolhedor, pacificador, e que tem a posição de agregar os “rejeitados” à sociedade e à doutrina cristã, mesmo sendo homossexuais. Já que são irmãos, é necessário considerá-los, espelhando-se em Deus, que disse: “amar ao outro como a ti mesmo”. Sendo o Papa chefe da Igreja e observando que esta instituição vem progressivamente perdendo seus fieis, o discurso do Papa tem a função de resgatar as “ovelhas desgarradas” e trazer os que sempre foram excluídos desta instituição.

(SD4) “Não podemos insistir somente sobre questões ligadas ao aborto, ao casamento homossexual e uso dos métodos contraceptivos”. Isto não é possível. Eu não falei muito destas coisas e **censuraram-me** por isso. Mas quando se fala disto, é necessário falar num contexto. De resto, **o parecer da Igreja é conhecido e eu sou filho da Igreja, mas não é necessário falar disso continuamente** (*Entrevista 1*, grifos nossos).

Na SD4 não podemos desconsiderar o fato do Papa estar em uma entrevista, o que o torna claramente um antecipador, em que se nota a pressão da mídia sobre assuntos polêmicos, como os gêneros, na questão do casamento homoafetivo. O pontífice responde sobre o motivo de não ter abordado esses assuntos polêmicos durante a Jornada Mundial da Juventude, que ocorreu no Rio de Janeiro em julho de 2013, o fato de não abordar o assunto mostra a clara dominação da entidade religiosa em seu discurso.

(SD5) Em Buenos Aires recebia cartas de pessoas homossexuais, que são “feridos sociais”, porque me dizem que sentem como a Igreja sempre os condenou. Mas a Igreja não quer fazer isto (*Entrevista 1*).

Na SD5, já como Papa relata na entrevista que, na época em que era Cardeal em Buenos Aires, recebia cartas de homossexuais que se sentiam socialmente feridos, e nem por isso mudou seu discurso ou se retratou, isso quando ainda era Cardeal. Finalizando, o sujeito diz que a Igreja não quer fazer isso – os condenar –, mas foi ele



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016 mesmo que havia enunciado três anos antes (na mesma carta que ele cita na entrevista) que era uma guerra contra Deus, ou seja, ele próprio tomado pelo discurso religioso os ofende e depois se redime. Nesse ponto da análise, percebemos que “[...] o sujeito encontra, na linguagem, os recursos para lidar com o poder, para redistribuir a tensão que embate entre direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas” (LAGAZZI, 1988, p 97). Dessa forma, sabe-se que os enunciados ocorreram em momentos distintos, em que o mesmo Papa que defende a família sendo apenas formada por um homem e uma mulher, pronuncia-se de uma forma mais compassiva, pensando na moral, no sofrimento e na forma como o afetado se sente, observando que este tem o direito de se pronunciar, mas também tem o dever de manter a fé que segue e fazer com que os seus fiéis sintam-se amados por Deus e continuem a procurá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das SDs pode-se inferir que as entidades religiosas, legislativa e social, de forma com que se fundamente sua opinião/verdade/fala. Essas entidades se materializam através de enunciados nos quais se materializa o discurso religioso, o qual tem, muitas vezes, o poder de impor ideias, conceitos e princípios coercitivos, sendo este lançado aos sujeitos tentando subordiná-los. Nesse momento histórico, a fala do Papa tem a função de acolher, ou seja, não discriminar o sujeito homoafetivo, de aceitá-lo como homossexual (o que para a Igreja não é uma prática aceitável), acolhendo-o como ser humano. Com esse discurso pré-estabelecido, forma-se a intenção de fazer com que essa “esfera x” (homossexuais), não se afaste da “esfera y” (Igreja – no caso a Igreja Católica), fazendo com que a fé dessas pessoas prevaleça, de modo a evitar a redução de fiéis.

Nessa análise, o papel do analista foi descrever/analisar os sentidos do discurso, não apontar o que é certo ou errado, cabe a quem lê/escuta criar ou seguir sua própria opinião, “[...] conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. (ORLANDI, 2001b, p 17)



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016

Para finalizar, cabe uma paráfrase das palavras de Barthes (*apud* Lagazzi, 1988, p 34) que afirma que é preciso desconfiar de tudo que pareça evidente, daquilo que se aponta como o senso comum, pois tendo esses princípios, como analista, é possível ter uma visão crítica, social, não prescindindo de dialogar com a história, com a memória, com os valores morais e religiosos, e, assim, desconstruir o sentido que é, aparentemente, concebido como transparente.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, Felipe. O que é a castidade? 2014. Disponível em: <<http://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2014/07/24/o-que-e-a-castidade/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Trad. CNBB. São Paulo: Editora Canção Nova, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.

CATECISMO da Igreja Católica. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html>. Acesso em: 20 abr. 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2015.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Apresentação. In: _____ (org.). **Palavra, fé, poder**. Campinas, Pontes, 1987.

_____. (1983). **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001b.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016
_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **Discurso e textualidade**. Col. Introdução às ciências da linguagem. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. p. 11-31.

_____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP, Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.

ANEXOS



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016
ANEXO A – Entrevista 1 (trechos)

Entrevista ao Papa Francisco

Pe. Antônio Spadaro

Casa Santa Marta, segunda-feira, 19 de Agosto de 2013, 9h50

Reflecto naquilo que o Papa está a dizer e refiro o facto que existem cristãos que vivem em situações não regulares para a Igreja ou, de qualquer modo, em situações complexas, cristãos que, de um modo ou de outro, vivem feridas abertas. Penso nos divorciados recasados, casais homossexuais, outras situações difíceis. Como fazer uma pastoral missionária nestes casos? Em que insistir? O Papa faz sinal de ter compreendido o que pretendo dizer e responde. «Devemos anunciar o Evangelho em todos os caminhos, pregando a boa nova do Reino e curando, também com a nossa pregação, todo o tipo de doença e de ferida. Em Buenos Aires recebia cartas de pessoas homossexuais, que são “feridos sociais”, porque me dizem que sentem como a Igreja sempre os condenou. Mas a Igreja não quer fazer isto. Durante o voo de regresso do Rio de Janeiro disse que se uma pessoa homossexual é de boa vontade e está à procura de Deus, eu não sou ninguém para julgá-la. Dizendo isso, eu disse aquilo que diz o Catecismo. A religião tem o direito de exprimir a própria opinião para serviço das pessoas, mas Deus, na criação, tornou-nos livres: a ingerência espiritual na vida pessoal não é possível. Uma vez uma pessoa, de modo provocatório, perguntou-me se aprovava a homossexualidade. Eu, então, respondi-lhe com uma outra pergunta: “Diz-me: Deus, quando olha para uma pessoa homossexual, aprova a sua existência com afecto ou rejeita-a, condenando-a?” É necessário sempre considerar a pessoa. Aqui entramos no mistério do homem. Na vida, Deus acompanha as pessoas e nós devemos acompanhá-las a partir da sua condição. É preciso acompanhar com misericórdia. Quando isto acontece, o Espírito Santo inspira o sacerdote a dizer a coisa mais apropriada».

«Esta é também a grandeza da confissão: o facto de avaliar caso a caso e de poder discernir qual é a melhor coisa a fazer por uma pessoa que procura Deus e a sua graça.



EDIÇÃO Nº 10 – JUNHO DE 2016. Artigos recebidos até 30/04/2016 artigos aprovados até 30/05/2016
O confessor não é uma sala de tortura, mas lugar de misericórdia, no qual o Senhor nos estimula a fazer o melhor que pudermos. Penso também na situação de uma mulher que carregou consigo um matrimônio fracassado, no qual chegou a abortar. Depois esta mulher voltou a casar e agora está serena, com cinco filhos. O aborto pesa-lhe muito e está sinceramente arrependida. Gostaria de avançar na vida cristã. O que faz o confessor?»

«Não podemos insistir somente sobre questões ligadas ao aborto, ao casamento homossexual e uso dos métodos contraceptivos». Isto não é possível. Eu não falei muito destas coisas e censuraram-me por isso. Mas quando se fala disto, é necessário falar num contexto. De resto, o parecer da Igreja é conhecido e eu sou filho da Igreja, mas não é necessário falar disso continuamente».

ANEXO B: Entrevista 2 (trecho)

O meu primeiro ano como papa. Entrevista com o Papa Francisco

Bortoli: Muitos países regulam as uniões civis. É um caminho que a Igreja pode compreender? Mas até que ponto?

Papa Francisco: O matrimônio é entre um homem e uma mulher. Os Estados laicos querem justificar as uniões civis para regular diversas situações de convivência, impulsionados pela exigência de regular aspectos econômicos entre as pessoas, como por exemplo assegurar a assistência de saúde. Trata-se de pactos de convivência de várias naturezas, dos quais eu não saberia elencar as diversas formas. É preciso ver os diversos casos e avaliá-los na sua variedade.